



231423



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

XLV CONCURSO PARA O INGRESSO NA MAGISTRATURA
DE CARREIRA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

001. PROVA OBJETIVA

JUIZ SUBSTITUTO

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta. Para cada questão existe apenas uma resposta correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- Não será permitida consulta a livros, anotações e comentários de qualquer natureza.
- A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova, entregando ao fiscal a folha de respostas, este caderno e o rascunho do gabarito.
- Após transcorridas 3 horas do início da prova ou ao seu final, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, e poderá, neste caso, levar o rascunho do gabarito localizado em sua carteira.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

- 01.** Assinale a alternativa contemplativa de direitos morais de autor.
- (A) O direito de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; o direito de exclusividade de reprodução; o direito de modificar a obra; o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.
 - (B) O direito de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra; o direito de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra.
 - (C) O direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica e o direito de exclusividade de reprodução; o direito de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada.
 - (D) O direito de conservar a obra inédita; o direito de execução musical; o direito de exposição de obras de artes plásticas e figurativas.
- 02.** É correto afirmar que a doação feita a nascituro
- (A) deve ser considerada nula tanto nos casos de natimorto como nos casos de nascimento com deficiência mental.
 - (B) deve ser considerada inexistente no caso de natimorto e nula nos casos de nascimento com vida, ainda que haja aceitação por seu representante legal.
 - (C) é nula de pleno direito, já que a personalidade civil começa apenas com o nascimento com vida, independentemente de aceitação por seu representante legal.
 - (D) desde que seja aceita por seu representante legal, é válida, ficando, porém, sujeita a condição, qual seja, o nascimento com vida.
- 03.** Assinale a afirmação correta, com relação à prova testemunhal, conforme disposições constantes do Código Civil.
- (A) A utilização da prova exclusivamente testemunhal independe do valor do negócio jurídico que está sob discussão.
 - (B) Não se admitirá a prova testemunhal prestada por aquele que, por seus costumes, não for digno de fé.
 - (C) Não se admitem as presunções, que não as legais, nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.
 - (D) Não se admitirá o depoimento de cônjuge, como testemunha, nem mesmo para depor sobre fatos que somente ele conheça.
- 04.** Conforme o Código Civil, tem domicílio necessário
- (A) a pessoa jurídica de direito privado, onde estiver sua sede.
 - (B) o marítimo, onde o navio estiver ancorado.
 - (C) o servidor público, no lugar onde exercer suas funções, ainda que não permanentemente.
 - (D) o preso, onde cumprir a sentença.
- 05.** Marido e mulher, casados pelo regime da separação total de bens, morreram em um acidente de avião, sem se conseguir, aplicando-se todas as técnicas da medicina legal, identificar qual dos mortos faleceu primeiro. Deixaram filhos. Nesse caso, quanto à sucessão, é correto afirmar que
- (A) como o regime, no caso, é o da separação total de bens, um cônjuge será herdeiro do outro no importe de 50% sobre o monte partível, sendo que os filhos herdarão a outra metade.
 - (B) pelo regime de bens, um cônjuge poderia ser herdeiro do outro, mas, no presente caso, devido à comoriência, não cabe direito sucessório entre si, pelo que os filhos serão os herdeiros de todo o monte partível.
 - (C) devido ao instituto da colação caracterizado por terem falecido juntos no mesmo acidente, os filhos herdarão os bens de cada genitor, separadamente.
 - (D) não existe possibilidade de se transmitir a herança a mortos, haja vista que com a morte não existe mais pessoa natural, pelo que um cônjuge somente será herdeiro do outro se tiver sido realizado um testamento anterior à morte.
- 06.** Herança jacente é
- (A) aquela em que o *de cuius* deixou bens, mas não deixou testamento, sendo que não há conhecimento da existência de algum herdeiro.
 - (B) o reconhecimento por sentença de que não há bens, mas apenas herdeiros, sendo que não tem personalidade jurídica nem é patrimônio autônomo sem sujeito.
 - (C) aquela em que o falecido deixou bens e herdeiros, além de disposição de última vontade, por meio de testamento particular.
 - (D) aquela em que o falecido deixou bens e herdeiros, além de testamento público.

07. Sobre os direitos do idoso, estabelecidos pela Lei n.º 10.741/2003, é correto afirmar que é assegurado(a)

- (A) a gratuidade nos transportes coletivos públicos, a partir dos sessenta e cinco anos, mediante apresentação de autorização especial expedida pela Prefeitura.
- (B) a gratuidade nos transportes coletivos públicos, a partir dos sessenta anos, mediante apresentação de documento pessoal de identificação.
- (C) a prioridade no recebimento da restituição do imposto de renda, qualquer que seja o valor a ser restituído.
- (D) o direito de exigir alimentos, a sua escolha, de quaisquer dos parentes obrigados, sendo que acordo extrajudicial celebrado perante o promotor de justiça será considerado título executivo judicial.

08. Sobre a união estável, é correto afirmar que

- (A) na hipótese de falecimento, o companheiro sobrevivente terá direito à herança, inclusive sobre os bens que o falecido tiver recebido por doação.
- (B) não pode ser reconhecida caso um dos conviventes seja casado ainda que esteja separado de fato.
- (C) pode ser reconhecida nos casos das relações entre a adotada com o filho do adotante.
- (D) se houver contrato escrito dispondo de outro modo, não se aplicará às relações patrimoniais o regime da comunhão parcial de bens.

09. O princípio da continuidade registral estabelece que

- (A) deve cada assento apoiar-se no anterior, formando um encadeamento histórico ininterrupto das titularidades jurídicas de cada imóvel, sendo que a omissão na cadeia registral causará nulidade dos registros que lhe seguirem.
- (B) o imóvel, suas características, os direitos reais que nele incidirem, bem como o nome do proprietário deverão ser do conhecimento de todos, garantindo-se a continuidade.
- (C) não poderão ser objeto de registro, para garantir a continuidade, os títulos apresentados que sejam inválidos, ineficazes ou imperfeitos.
- (D) haverá preferência dos direitos reais, a qual será oponível perante terceiros, em relação àquele que primeiro apresentar seu título, garantindo-se a continuidade do registro prioritário.

10. Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- (B) A prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado.
- (C) A suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários não aproveitará os demais se a obrigação for indivisível.
- (D) Não corre prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, ainda que não seja tempo de guerra.

11. É possível afirmar que, em sua contestação, o réu deve

- (A) apresentar pedido contraposto na própria peça de contestação, se assim o desejar, desde que o procedimento seja ordinário.
- (B) impugnar tão somente os vícios processuais, caso estes inviabilizem a apreciação do mérito, em obediência ao princípio da instrumentalidade das formas.
- (C) apresentar toda a matéria de defesa, ainda que haja contrariedade entre uma tese e outra, em homenagem ao princípio da eventualidade.
- (D) apresentar as matérias que o juiz poderia ter conhecido de ofício antes da defesa, sob pena de preclusão e superveniente impedimento para que o juiz as conheça de ofício.

12. Em mandado de segurança, concedida a segurança ao impetrante, seja por liminar ou sentença, pode-se afirmar que

- (A) não é possível a suspensão da execução da liminar ou da sentença pelo tribunal, na medida em que a decisão de primeira instância é plenamente válida e eficaz, não havendo previsão legal que permita a suspensão de sua eficácia.
- (B) é possível a suspensão da execução da liminar ou da sentença pelo tribunal, mediante provocação, para evitar grave lesão à ordem econômica, à saúde, à segurança ou à economia.
- (C) não é possível a suspensão da execução da liminar ou da sentença pelo tribunal, devendo-se aguardar o definitivo julgamento do recurso eventualmente interposto pela impetrada.
- (D) é possível a suspensão da execução da liminar ou da sentença pelo tribunal, de ofício, desde que identifique a existência de grave lesão à ordem econômica, à saúde, à segurança ou à economia.

13. Com o objetivo de expandir a prestação jurisdicional e aperfeiçoar a legislação outrora em vigor, promulgou-se a Lei n.º 9.099/95, criando os “Juizados Especiais Cíveis e Criminais”. A sentença proferida em processo seguindo este rito está sujeita a recurso ao próprio Juizado, sendo julgado por turma composta por 3 (três) juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição. No âmbito civil, o acórdão prolatado pela turma recursal está sujeito

- (A) à reclamação ao Superior Tribunal de Justiça, desde que o acórdão contrarie jurisprudência firmada na Corte Superior, versando sobre direito material.
- (B) à interposição de recurso extraordinário, dispensando-se o prequestionamento em razão da informalidade e simplicidade que regem a lei.
- (C) à interposição de recurso especial, nas hipóteses constitucionalmente previstas.
- (D) à oposição de embargos infringentes, para casos em que a decisão tenha sido não unânime.

14. Cláudia alugou imóvel residencial de propriedade de Rodolfo, pelo prazo de 2 (dois) anos. As partes acordaram a fiança como forma de garantia, de modo que Helena e Paulo (amigos de Cláudia) assumiram a condição de fiadores. Passando por dificuldades financeiras, Cláudia deixou de pagar o aluguel, razão pela qual Rodolfo ajuizou ação de despejo cumulada com ação de cobrança, exclusivamente em face de Cláudia e Helena. Diante deste cenário, assinale a alternativa correta.
- (A) Helena poderá valer-se do chamamento ao processo para que Paulo integre o polo passivo da lide.
 - (B) Cláudia poderá valer-se da denúncia à lide em face de Paulo, sendo vedado a este recusar a denúncia.
 - (C) Cláudia e Helena não podem se utilizar de nenhuma das modalidades de intervenção de terceiros.
 - (D) Cláudia poderá valer-se do chamamento ao processo para que Paulo integre o polo passivo da lide.
15. Em ocorrendo citação por edital, assinale a alternativa correta acerca do prazo para apresentação de defesa.
- (A) Inicia-se o prazo da publicação do edital no órgão oficial.
 - (B) Inicia-se o prazo da última publicação no jornal local.
 - (C) A defesa deve ser apresentada no prazo de dilação assinado pelo juiz.
 - (D) Inicia-se o prazo quando findo o prazo de dilação assinado pelo juiz.
16. Assinale a alternativa correta, no que tange à produção da prova testemunhal.
- (A) Depois de apresentado o rol, o pedido de substituição é restrito ao caso de falecimento da testemunha.
 - (B) No procedimento ordinário, o juiz deverá fixar o prazo para apresentação do rol em cartório, sob pena de nulidade da decisão.
 - (C) Negando a testemunha sua condição de suspeita, poderá a parte impugnante provar a contradita por prova testemunhal.
 - (D) É vedada a intimação da testemunha pelos correios, devendo o ato ser praticado por oficial de justiça.
17. Assinale a alternativa correta acerca dos embargos infringentes.
- (A) São admitidos no julgamento de agravo retido, quando se tratar de matéria de mérito.
 - (B) O exame de admissibilidade independe de resposta pelo recorrido.
 - (C) Não são admitidos quando a discordância for parcial.
 - (D) Quando admitidos, não suspendem nem interrompem o prazo para o recurso especial.
18. Assinale a alternativa correta acerca do cumprimento de sentença, considerando a reforma introduzida pela Lei n.º 11.232/2005.
- (A) É considerado inexigível o título judicial fundado em lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Correndo o processo à revelia, a nulidade de citação não pode ser arguida em impugnação ao cumprimento de sentença, em razão da preclusão temporal.
 - (C) A decisão que extingue a execução é atacável por meio de recurso de agravo, em sua forma de instrumento.
 - (D) A impugnação ao cumprimento de sentença terá, em regra, efeito suspensivo, ressalvada a possibilidade de execução provisória.
19. É correto afirmar que, no procedimento cautelar
- (A) não é admitida audiência, salvo a audiência de justificação prévia, por incompatibilidade com o rito.
 - (B) o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, a contar da juntada do mandado de citação aos autos.
 - (C) o juiz pode, de ofício, substituir a medida cautelar por caução ou outra medida menos gravosa ao requerido.
 - (D) a eficácia da medida acautelatória permanecerá até o julgamento da ação principal, independentemente do requerente executar a medida concedida.
20. Nas ações de despejo (Lei n.º 8.245/1991), com fundamento na falta de pagamento de aluguel, é correto afirmar que o juiz deverá conceder liminar para desocupação
- (A) obrigatoriamente após a oitiva da parte contrária, havendo ou não qualquer das garantias previstas pela lei do inquilinato e independentemente de caução.
 - (B) sem a oitiva da parte contrária, desde que o contrato esteja desprovido das garantias previstas pela lei do inquilinato e mediante caução no valor equivalente a três meses de aluguel.
 - (C) sem a oitiva da parte contrária, havendo ou não qualquer das garantias previstas pela lei do inquilinato e mediante caução no valor equivalente a três meses de aluguel.
 - (D) sem a oitiva da parte contrária, desde que a garantia eleita seja diversa do seguro de fiança locatícia e mediante caução no valor equivalente a três meses de aluguel.

21. A responsabilidade civil do médico
- (A) será subjetiva se a atividade por ele desempenhada for de fim.
 - (B) será objetiva se a atividade por ele desempenhada for de meio.
 - (C) será subjetiva, baseada no risco da atividade.
 - (D) gerará a responsabilidade objetiva do hospital onde ocorreu o erro, caso individualizada a responsabilidade do profissional médico que o praticou.
22. Quanto à inversão do ônus da prova em favor do consumidor no processo civil individual, segundo o enfoque da jurisprudência dominante do STJ, é correto afirmar que
- (A) não é cabível para o fim de determinar às instituições financeiras a exibição de extratos bancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles.
 - (B) caso decretada, não tem o condão de obrigar o fornecedor a custear a prova requerida pelo consumidor.
 - (C) pode ocorrer na sentença.
 - (D) sempre deve ocorrer, dada a verossimilhança das alegações do consumidor aliada a sua hipossuficiência.
23. Sobre a coisa julgada coletiva consumerista, pode-se afirmar que
- (A) será *erga omnes*, apenas no caso de procedência do pedido, se o objeto da ação versar sobre direitos difusos.
 - (B) será ultra partes, apenas no caso de procedência, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, se o objeto da ação versar sobre direitos coletivos.
 - (C) se o objeto da ação versar sobre direitos individuais homogêneos, em caso de improcedência do pedido, os interessados que tiverem intervindo no processo como litisconsortes sofrerão seus efeitos.
 - (D) será *erga omnes*, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, se o objeto da ação versar sobre direitos individuais homogêneos.
24. No tocante às cláusulas contratuais abusivas no âmbito do sistema jurídico de proteção ao consumidor, é correto afirmar que
- (A) o Ministério Público pode ajuizar ação civil coletiva para buscar a nulidade de cláusula contratual abusiva inserida em pacto de adesão de locação utilizado por determinada administradora de imóveis residenciais.
 - (B) a nulidade de uma cláusula contratual abusiva não invalida o contrato, exceto quando de sua ausência, apesar dos esforços de integração, decorrer ônus excessivo a qualquer das partes.
 - (C) o rol do art. 51 do CDC é taxativo.
 - (D) as cláusulas contratuais abusivas que implicarem limitação de direito do consumidor caso redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão, passam a ser válidas.

25. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, em se tratando de adoção, é correto afirmar que
- (A) a formulação dos pedidos de adoção é feita perante a Autoridade Central Estadual, conforme indicação efetuada pelo Juízo da Infância e da Juventude.
 - (B) o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, a qual será averbada no registro original do adotado, sendo vedada a lavratura de novo registro do adotado.
 - (C) o adotante deverá ser maior de dezoito anos, salvo se for casado ou convivente em união estável.
 - (D) não se permitirá a saída do adotando do território nacional para cumprimento de estágio de convivência.
26. Assinale a alternativa correta quanto à prevenção de ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.
- (A) É permitido à criança e ao adolescente a realização de jogos em loteria federal ou estadual em casas lotéricas.
 - (B) Crianças menores de dez anos não poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação de espetáculos ou exibição de filmes desacompanhadas dos pais ou responsável.
 - (C) A dispensa de autorização para viagem ao exterior de criança ou adolescente, quando acompanhada de ambos os pais, não se estende ao responsável legal.
 - (D) O acesso de crianças ou adolescentes em estúdios cinematográficos, de teatro, rádio ou televisão dá-se somente por alvará judicial.
27. Assinale a alternativa correta quanto às medidas de proteção previstas no ECA.
- (A) As medidas de proteção voltam-se exclusivamente à criança, enquanto que as medidas socioeducativas voltam-se exclusivamente ao adolescente.
 - (B) O acolhimento institucional requer a privação da liberdade da criança para a sua própria proteção, o que não ocorre na disciplina da medida de acolhimento familiar.
 - (C) Em caso de afastamento de agressor de menor do convívio familiar, o juiz determinará, como medida cautelar, a fixação provisória de alimentos para os que deles necessitarem.
 - (D) Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a manutenção de cadastro de crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional.

28. A respeito de medidas socioeducativas, em conformidade com o ECA, pode-se afirmar, corretamente, que
- (A) a medida de semiliberdade poderá ser cumprida mesmo após a maioria penal.
 - (B) a prestação de serviços à comunidade não comporta prazo determinado.
 - (C) para que se aplique a medida de internação, basta a comprovação da materialidade e da autoria de uma única infração grave sem violência ou grave ameaça à pessoa.
 - (D) extingue-se a pretensão socioeducativa quando a restituição da coisa ou a obrigação de reparar o dano pelo adolescente, pai ou responsável se tornar manifestamente impossível.

DIREITO PENAL

29. Tempo e lugar do crime são temas fundamentais para a adequada aplicação da lei penal.

Considerando essa afirmação, assinale a alternativa correta.

- (A) Em avião de empresa privada argentina, que fazia o voo Buenos Aires (Argentina) – Lima (Peru), passageiro argentino golpeou um peruano, que desmaiou. O comandante da aeronave, que estava em espaço aéreo internacional, desviou-a e pousou em Campo Grande – MS, para atendimento ao ferido. A lei penal brasileira será aplicada ao caso.
 - (B) A lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência. O mesmo não se pode dizer relativamente ao crime continuado.
 - (C) O crime considera-se praticado no lugar em que ocorreu a conduta, no todo ou em parte, bem como onde se produziu o resultado. Se, porém, o resultado não chegar a ser atingido, considerar-se-á o lugar do último ato de execução.
 - (D) Aplica-se ao fato a lei penal em vigor ao tempo da conduta, exceto se a do tempo do resultado, ou mesmo a posterior a ele, for mais benéfica ao agente.
30. Mauro e seu pai, Dario, são inimigos capitais. Em uma determinada noite, Mauro percebeu Dario desatento no interior de um bar e decidiu tirar-lhe a vida. Para tanto, contra ele disparou duas vezes sua pistola. Os dois disparos passaram próximo a Dario, sem atingi-lo, e acabaram por se alojar na cabeça de Marta, que faleceu imediatamente. É correto afirmar que Mauro responderá criminalmente por

- (A) tentativa de homicídio doloso, com agravante, em concurso formal com homicídio doloso consumado e simples (ocorreu *aberratio delicti*).
- (B) homicídio doloso consumado com causa de aumento de pena (ocorreu *aberratio ictus*).
- (C) homicídio doloso consumado com agravante (ocorreu *aberratio ictus*).
- (D) homicídio doloso consumado com agravante (ocorreu *aberratio criminis*).

31. Caio, decidido a matar Denise, para a casa dela se dirigiu portando seu revólver devidamente municiado com seis projéteis. Chegando ao local, tocou a campainha e, assim que Denise abriu a porta, contra ela disparou um tiro, que a atingiu no ombro esquerdo. Ao ver Denise caída, Caio optou por não fazer mais disparos, guardou seu revólver e se retirou do local. Denise foi socorrida por terceiros e sobreviveu, ficando, porém, com pouca mobilidade em seu braço esquerdo. Diante do exposto, é correto afirmar que Caio responderá criminalmente por

- (A) lesão corporal de natureza grave (houve desistência voluntária).
- (B) tentativa de homicídio.
- (C) lesão corporal de natureza grave (houve arrependimento posterior).
- (D) lesão corporal de natureza gravíssima (houve arrependimento eficaz).

32. Assinale a alternativa correta relativamente às causas de extinção da punibilidade.

- (A) Em crimes cujas ações sejam de iniciativa privada ou pública, de competência do Juizado Especial Criminal, a composição civil extingue a punibilidade do autor do fato.
- (B) Prescrição e Anistia são exemplos de causas de extinção da punibilidade que tanto podem recair sobre a pretensão punitiva quanto sobre a pretensão executória.
- (C) Dentre as causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva, podem ser citadas a decisão de pronúncia e a reincidência.
- (D) A prescrição da pena de multa ocorrerá em dois anos, quando a multa for a única cominada ou alternativamente aplicada.

33. O principal efeito da sentença criminal condenatória é a _____. A legislação penal brasileira, porém, prevê também efeitos secundários da condenação, tanto de natureza penal quanto extrapenal. Os efeitos secundários de natureza _____ se dividem em genéricos e específicos. _____ é exemplo de efeito secundário _____ da decisão criminal condenatória transitada em julgado.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, a frase.

- (A) medida de segurança, nunca a pena ... penal ... Reincidência ... penal específico
- (B) sanção penal (pena ou medida de segurança) ... penal ... A perda de função pública quando for aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos ... extrapenal
- (C) sanção penal (pena ou medida de segurança) ... extrapenal ... Reincidência ... penal
- (D) pena, nunca a medida de segurança ... extrapenal ... Tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime ... extrapenal genérico

34. Após analisar as assertivas a respeito dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.
- (A) As ações dos seguintes crimes somente se procedem mediante representação: Furto de coisa comum; Outras fraudes; Estelionato cometido em prejuízo de irmão que conta 20 anos de idade.
 - (B) Aquele que encontra uma nota de cem reais sob o sofá da sala da residência de um amigo e dela se apodera pratica o crime de apropriação de coisa achada.
 - (C) É isento de pena quem comete furto em prejuízo de ascendente com idade igual ou inferior a sessenta anos.
 - (D) Aquele que subtrai coisa alheia móvel do cônjuge judicialmente separado é isento de pena.
35. A respeito do agente que traz consigo drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, é correto afirmar que
- (A) será isento de pena se, em razão da dependência da droga, ao tempo da ação não possuía plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato.
 - (B) incidirá causa de diminuição de pena se oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos consumirem.
 - (C) se for para consumo pessoal, será submetido, dentre outras, à pena de prestação de serviços à comunidade, pelo prazo máximo inicial de cinco meses.
 - (D) de acordo com entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, se for adolescente deverá obrigatoriamente receber medida socioeducativa de internação.
36. Assinale a alternativa correta relativamente ao tratamento dado pela legislação penal brasileira à Medida de Segurança.
- (A) Enquanto a detentiva é obrigatória para fatos punidos com reclusão, a restritiva pode ser aplicada em caso de fatos punidos com detenção.
 - (B) Pode ser aplicada tanto a inimputáveis quanto aos semi-imputáveis, sempre por meio de sentenças absolutórias impróprias.
 - (C) Tem como pressuposto a periculosidade, de forma que pode ser aplicada ao inimputável ou semi-imputável que tenha praticado fato típico, mesmo que não anti-jurídico.
 - (D) A desinternação será sempre condicional, devendo ser restabelecida a situação anterior se o agente, antes do decurso de dois anos, pratica fato indicativo de persistência de sua periculosidade.
37. A doutrina é unânime ao apontar que os princípios constitucionais, em especial os relacionados ao processo penal, além de revelar o modelo de Estado escolhido pelos cidadãos, servem como meios de proteção da dignidade humana. Referidos princípios podem se apresentar de forma explícita ou implícita, sem diferença quanto ao grau de importância. São princípios constitucionais explícitos:
- (A) juiz natural, vedação das provas ilícitas e promotor natural.
 - (B) devido processo legal, contraditório e duplo grau de jurisdição.
 - (C) ampla defesa, estado de inocência e verdade real.
 - (D) contraditório, juiz natural e soberania dos veredictos do Júri.
38. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Ação penal é o direito público subjetivo de pleitear do Estado-juiz a aplicação do *jus perseguendi*.
 - (B) A inexistência de litispendência é exemplo de pressuposto processual que, uma vez ausente, impede o recebimento da inicial.
 - (C) A falta de justa causa pode ser motivo para absolvição sumária, mas não para rejeição da inicial.
 - (D) São três os princípios apontados pela doutrina especificamente para a ação penal privada: oportunidade, invisibilidade e indisponibilidade.
39. Após analisar as alternativas a respeito da competência processual penal, assinale a correta.
- (A) João, de sua residência em São Paulo – SP, por meio da *internet* subtrai fraudulentamente dinheiro da conta corrente que José mantém no Rio de Janeiro – RJ, onde reside. O foro competente é o do Rio de Janeiro – RJ.
 - (B) Enquanto as competências *ratione personae* e *ratione loci* são absolutas, a *ratione materiae* é relativa.
 - (C) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
 - (D) Compete ao foro do local da emissão processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos.

40. Assinale a alternativa correta a respeito das provas processuais penais.
- (A) A regulamentação dos meios de prova feita pelo Código de Processo Penal é taxativa, não sendo admitidas provas atípicas ou inominadas.
 - (B) O Código de Processo Penal não admite, nem mesmo excepcionalmente, a “prova tarifada” como sistema de apreciação da prova.
 - (C) A teoria dos “frutos da árvore envenenada” está positivada em nossa legislação infraconstitucional.
 - (D) Fatos axiomáticos são os que dependem de prova.
41. Relativamente à interceptação de comunicações telefônicas, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n.º 9.296/96.
- (A) Não poderá exceder o prazo de cinco dias, renovável por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.
 - (B) A autoridade policial, na investigação criminal, poderá verbalmente solicitar sua realização ao juiz.
 - (C) O juiz não poderá determinar de ofício sua realização.
 - (D) Poderá ser realizada durante a investigação criminal e em instrução processual penal de qualquer crime, mas nunca de contravenções.
42. A Lei n.º 12.403/2011 modificou a legislação processual penal brasileira para expressamente prever medidas cautelares diversas da prisão.
- Assinale a alternativa que corretamente dispõe a respeito delas.
- (A) Não são cabíveis para o crime de porte de droga para uso próprio.
 - (B) O juiz somente pode decretar uma delas por representação da autoridade policial ou mediante requerimento das partes.
 - (C) O tempo de submissão a uma delas computa-se na pena privativa de liberdade ou na medida de segurança.
 - (D) Serão decretadas pelo juiz sem prévia intimação para manifestação do acusado ou investigado.
43. Assinale a alternativa correta relativamente ao procedimento penal sumaríssimo.
- (A) Embora vigorem os princípios da economia processual e da informalidade, é inadmissível a prolação de uma sentença que não contenha relatório.
 - (B) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.
 - (C) Não encontrado o acusado para ser citado, o juiz encaminhará as peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento ordinário.
 - (D) A competência territorial do Juizado será determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso da tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
44. Assinale a alternativa correta relativamente aos recursos no processo penal.
- (A) Entende o Supremo Tribunal Federal que constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto da rejeição da denúncia, salvo se houver nomeação de defensor dativo.
 - (B) Quatro são os possíveis efeitos recursais: devolutivo, suspensivo, regressivo e extensivo.
 - (C) De acordo com o Código de Processo Penal, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito quando cabível a apelação, salvo se somente de parte da decisão se recorra.
 - (D) As partes podem apresentar embargos infringentes, em dez dias, quando não for unânime a decisão de segundo grau.

DIREITO CONSTITUCIONAL

45. Considerando o texto expresso da Constituição da República, assinale a alternativa que contempla somente crimes que a lei considerará inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia.
- (A) O terrorismo; o crime político; a tortura; e os definidos como hediondos.
 - (B) A prática do racismo; o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; o terrorismo; e os definidos como hediondos.
 - (C) O tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins; o terrorismo; e os definidos como hediondos.
 - (D) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; a prática da tortura; e o terrorismo.

46. Assinale a alternativa correta a respeito dos direitos humanos.
- (A) A Carta Magna admite a federalização dos crimes graves contra os direitos humanos em qualquer fase do inquérito ou processo.
 - (B) A ilimitabilidade é uma das características dos direitos humanos que, aplicável no Brasil, não admite que esses sofram qualquer restrição em sua fruição.
 - (C) A ausência de prescrição para o autor do crime de racismo viola direitos humanos fundamentais do ser humano.
 - (D) Não ofende garantias constitucionais do réu a determinação judicial, em ação de investigação de paternidade, para que o réu seja compulsoriamente conduzido para coleta de material do exame de DNA.
47. Assinale a alternativa correta a respeito dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle abstrato de leis e atos normativos no direito brasileiro.
- (A) A declaração de inconstitucionalidade pelo STF pode alcançar, inclusive, sentenças judiciais transitadas em julgado.
 - (B) Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade em decisão do STF são, em regra, *erga omnes*, *ex nunc* e vinculantes.
 - (C) Por razões de segurança jurídica, o STF, por maioria absoluta de seus membros, pode restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade.
 - (D) O atual entendimento do Excelso Pretório brasileiro é no sentido de que a declaração de inconstitucionalidade não acarreta efeitos ripristinatórios.
48. No ano de 2012, na Câmara dos Deputados, foi discutida, votada e rejeitada uma determinada proposta de emenda constitucional (PEC). No ano de 2013, a mesma matéria daquela PEC veio à pauta novamente para deliberação pelos Deputados Federais. Discordando desse procedimento, bem como do projeto que continha disposição violadora do Regimento Interno da respectiva Casa Legislativa, um Deputado impetra um mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal para impedir que essa nova PEC seja votada e aprovada. Considerando essas informações, bem como o entendimento do STF sobre o assunto, é correto afirmar que o referido mandado de segurança
- (A) não deve ser conhecido, tendo em vista que parlamentar não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança para discutir questões relativas ao processo legislativo.
 - (B) deve ser conhecido e a segurança postulada concedida, em controle de constitucionalidade preventivo, com base na violação do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
 - (C) deve ser conhecido e a segurança concedida, sobre o fundamento de que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma legislatura.
 - (D) embora haja em tese legitimidade do parlamentar, o *writ* não deve ser conhecido e nem poderia ser concedida a segurança, uma vez que, no caso, não houve qualquer violação à Constituição Federal.
49. A Constituição Federal brasileira é expressa ao estabelecer que "... são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos." Nesse sentido, assinale a alternativa correta a respeito dessa temática constitucional.
- (A) A filmagem realizada pela vítima, em sua garagem, situada no edifício em que reside, com gravação de imagens feita com o objetivo de identificar o autor de danos praticados contra o seu patrimônio exige, para a sua validade processual penal, prévia autorização judicial.
 - (B) Dados de escutas ambientais, judicialmente autorizadas como prova em investigação criminal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despondido à colheita dessa prova.
 - (C) O Supremo Tribunal já cristalizou o entendimento de que não pode ser considerada prova lícita aquela consistente em gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro.
 - (D) Não é ilícita a juntada, em autos de processo penal ou de inquérito policial, de cópias de documentos confidenciais de empresa, obtidos, sem conhecimento desta, por ex-empregado.

50. Assinale a alternativa que contempla somente matérias que podem ser objeto de delegação legislativa ao Chefe do Poder Executivo.

- (A) Planos plurianuais e matéria relativa a direito tributário.
- (B) Matéria reservada à lei complementar e matéria relativa a direitos políticos.
- (C) Matéria reservada à lei ordinária e matéria relativa a direito penal.
- (D) Matéria relativa a direito civil e à organização do Poder Judiciário.

51. Tendo em vista o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos juízes é vedado receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (B) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse da Administração Pública.
- (C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (D) Os tribunais federais, distritais e estaduais poderão atribuir aos servidores de cartório poderes para a prática de atos de administração e atos de mero expediente, desde que limitados a decisões de cunho interlocutório.

52. Considerando as disposições constitucionais relativas à competência dos órgãos do Poder Judiciário brasileiro, analise as seguintes situações:

- I. Crime de homicídio doloso cometido por militar contra um cidadão civil.
- II. Ação movida por agente público, oriunda de relação de trabalho, em face de ente público da Administração Direta Estadual.
- III. Causa jurídica entre organismo internacional e Município.
- IV. *Habeas-corpus* impetrado em face de ato coator praticado por juiz federal.

Assinale a alternativa que contempla, correta e respectivamente, os órgãos do Poder Judiciário competentes para processar e julgar as ações relacionadas às situações elencadas.

- (A) Justiça Militar; Justiça Comum Estadual; STJ; TRF.
- (B) Tribunal do Júri; Justiça Comum Estadual; TRF; STJ.
- (C) Justiça Militar; Justiça do Trabalho; TRF; TRF.
- (D) Tribunal do Júri; Justiça do Trabalho; Juiz Federal; TRF.

53. Em matéria eleitoral, é correto afirmar que a ação rescisória é cabível

- (A) apenas no Tribunal Superior Eleitoral, contra suas próprias decisões, no prazo de dois anos a contar do trânsito em julgado, podendo versar exclusivamente sobre inelegibilidade.
- (B) no Tribunal Superior Eleitoral, contra suas próprias decisões, no prazo de cento e vinte dias a contar do trânsito em julgado, e tem cognição restrita às hipóteses de inelegibilidade.
- (C) nos Tribunais Regionais Eleitorais, contra decisões de primeiro grau, desde que a matéria tenha sido conhecida pelo Tribunal em grau de recurso, e a ação seja proposta no prazo de dois anos a contar do trânsito em julgado.
- (D) em qualquer Tribunal Eleitoral, contra suas próprias decisões, no prazo de cento e vinte dias a contar do trânsito em julgado.

54. Assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada às emissoras de rádio e televisão a transmissão de programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção a partir do deferimento do registro deste perante a Justiça Eleitoral.
- (B) São vedados a instalação e o uso de alto-falantes ou amplificadores de som em distância inferior a quinhentos metros de hospitais, escolas e igrejas, entre outros estabelecimentos.
- (C) É permitida a colocação de cavaletes, bonecos, cartazes, mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas, entre as seis horas e as vinte e duas horas, desde que móveis e não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.
- (D) Da propaganda de candidato a cargo majoritário também deverá constar o nome do candidato a vice ou a suplente de Senador, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a (15%) quinze por cento do nome do titular.

55. A Lei n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, ao disciplinar as condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral, estabeleceu que

- (A) nos três meses que antecedem ao pleito, é vedada a nomeação de aprovados em concurso público, ainda que o certame tenha sido homologado antes desse prazo.
- (B) nos seis meses que antecedem as eleições, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos na realização de inaugurações.
- (C) o candidato a cargo eletivo é solidariamente responsável pela veracidade de informações financeiras e contábeis de sua campanha, devendo, inclusive, assinar a respectiva prestação de contas em conjunto com pessoa designada por ele como responsável para a administração financeira da referida campanha.
- (D) nos seis meses anteriores à eleição, é proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

56. Leia as afirmações e assinale a alternativa correta.

- (A) Nas eleições proporcionais, cada partido pode registrar candidatos até 150% do número de lugares a preencher na respectiva Casa Legislativa; em se tratando de coligação, esse número será dobrado.
- (B) Consoante orientação firmada pelo Tribunal Superior Eleitoral, a ausência de condição de elegibilidade não se presta a fundamentar o recurso contra expedição de diploma.
- (C) Em matéria de inelegibilidade por captação ilícita de sufrágio, seu reconhecimento pela Justiça Eleitoral exige a necessidade do trânsito em julgado da mencionada captação ilícita de sufrágio.
- (D) A pena privativa de liberdade estabelecida pelo art. 299 do Código Eleitoral, que trata do delito de compra de voto, é de dois a cinco anos de reclusão.

57. Observados os requisitos legais, o devedor poderá propor e negociar com credores plano de recuperação extrajudicial. Acerca do referido instituto, é correto afirmar que

- (A) o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial acarretará suspensão de direitos, ações ou execuções e a impossibilidade de decretação de falência pelos credores não sujeitos ao plano de recuperação extrajudicial.
- (B) o devedor poderá requerer a homologação de plano de recuperação extrajudicial que obriga a todos os credores por ele abrangidos, desde que assinado por credores que representem mais de três quintos de todos os créditos de cada espécie por ele abrangidos.
- (C) a ele estão sujeitos todos os credores do devedor, inclusive os titulares de créditos decorrentes da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente do trabalho.
- (D) após a distribuição do pedido de homologação, qualquer credor poderá desistir da adesão ao plano, independentemente da anuência expressa dos demais signatários.

58. Considerando-se os atos praticados pelo devedor antes da falência, são revogáveis os praticados com a intenção de prejudicar credores, provando-se o conluio fraudulento entre o devedor e o terceiro que com ele contratar e o efetivo prejuízo sofrido pela massa falida. Para esse fim, a ação revocatória deverá ser proposta, por quem tenha legitimidade para tal, no prazo de 3 anos,

- (A) contado do primeiro relatório do administrador judicial.
- (B) anteriores ao pedido de falência.
- (C) anteriores à prática do ato.
- (D) contado da decretação da falência.

59. Assinale a assertiva correta acerca das características da companhia ou sociedade anônima.

- (A) Consideram-se ações em circulação no mercado todas as ações do capital da companhia aberta, inclusive as de propriedade de conselheiros da administração e as em tesouraria, mas não as que pertençam ao acionista controlador e aos diretores.
- (B) A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões “companhia”, ou “sociedade anônima”, nos moldes estabelecidos em lei, na qual poderá figurar o nome do fundador, acionista, ou pessoa que, por qualquer outro modo tenha concorrido para o êxito da empresa.
- (C) Somente os valores mobiliários de emissão de companhia registrada no Banco Central do Brasil podem ser negociados no mercado de valores mobiliários.
- (D) Na dependência de qual seja seu objeto, a companhia será considerada empresária ou não empresária, podendo, em ambos os casos, ser de capital aberto ou fechado, conforme seus valores mobiliários sejam, respectivamente, admitidos ou não em bolsa de valores ou mercado de balcão.

60. O contrato pelo qual uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas, denomina-se
- (A) corretagem.
 - (B) comissão.
 - (C) transação.
 - (D) agência.
61. Com relação à duplicata, assinale a alternativa correta.
- (A) A duplicata não admite, em qualquer hipótese, reforma ou prorrogação de prazo de vencimento.
 - (B) O comprador poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de avaria das mercadorias, quando expedidas por sua conta e risco.
 - (C) Se a remessa de duplicata for feita por intermédio de representantes, instituições financeiras, procuradores ou correspondentes, esses deverão apresentar o título ao comprador dentro de 10 dias, contados de seu recebimento na praça de pagamento.
 - (D) É de emissão obrigatória quando se verificar uma venda a prazo.
62. A respeito da patente, nos moldes em que é regida pela lei, assinale a alternativa correta.
- (A) A invenção é dotada de atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica.
 - (B) Consideram-se invenção os programas de computador em si.
 - (C) Consideram-se como modelo de utilidade as descobertas, teorias científicas e métodos matemáticos.
 - (D) Será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 meses que precederem a data do depósito ou da prioridade do pedido de patente, se promovida pelo inventor.
63. Uma das causas pela qual se dissolve a sociedade é a falta de pluralidade de sócios. A lei civil, contudo, admite a unipessoalidade temporária, caso em que poderá a sociedade ser reconstituída, pelo prazo de
- (A) 60 dias.
 - (B) 30 dias.
 - (C) 180 dias.
 - (D) 90 dias.
64. João da Silva promoveu o pagamento indevido de determinado tributo municipal, na data de 05 de março de 2007, cuja exigência decorreu de decreto expedido pelo Governador do Estado em questão. Em janeiro de 2013, João ingressou com pedido administrativo requerendo a restituição do valor pago atualizado, alegando inconstitucionalidade na exigência. O pedido foi negado por decisão irreformável na data de 1.º de abril de 2013. Inconformado, ingressou com ação de repetição de indébito com base no mesmo fundamento. O juiz deve julgar
- (A) procedente a ação, posto que o pedido administrativo suspendeu a prescrição.
 - (B) procedente a ação, em razão da inconstitucionalidade flagrante da exigência que obsta a decadência.
 - (C) improcedente a ação, posto que o pedido deveria ser instrumentalizado por via de ação anulatória de lançamento tributário.
 - (D) improcedente a ação, posto que a pretensão de repetir o indébito, ainda que fundada em inconstitucionalidade da lei, prescreve em cinco anos.
65. Salvo disposição de lei em contrário, tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos
- (A) desde o momento em que esteja constituída, nos termos do direito aplicável.
 - (B) desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - (C) a partir do momento em que a lei instituidora do tributo entrar em vigor.
 - (D) a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao que ocorra a publicação da lei determinante do fato gerador da respectiva obrigação.
66. Acerca do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação, assinale a alternativa correta.
- (A) Relativamente aos bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado da situação dos bens, títulos ou créditos.
 - (B) Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.
 - (C) Terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o *de cuius* possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve seu inventário processado no exterior.
 - (D) Terá suas alíquotas máximas fixadas por lei ordinária dos Estados ou do Distrito Federal aos quais compete.

67. O Poder Legislativo de certo município fez publicar lei instituindo taxa de manutenção de serviços públicos a ser exigida a partir de 1.º de janeiro do exercício seguinte. Referida lei, ademais, não esclarece que parâmetro será adotado para o cálculo do tributo. Caso qualquer dos munícipes pretenda, ainda dentro do ano da publicação, questionar judicialmente a exação e produzir provas no sentido de demonstrar que o serviço é desprovido de especificidade e divisibilidade, poderá valer-se de ação

- (A) anulatória de lançamento tributário.
- (B) declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária.
- (C) repetitória.
- (D) consignatória.

68. Celestino, inconformado com o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) que foi notificado a pagar, e não pagou, promoveu ação anulatória do ato declarativo da dívida, sem proceder, contudo, ao depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa e demais encargos, conforme determina a lei que trata da execução fiscal. A Fazenda Pública Municipal contestou, alegando que o feito é de ser extinto diante do descumprimento da exigência legal. Nesse caso, o juiz deve

- (A) estipular o prazo de 5 dias para que o autor efetue o depósito e, uma vez promovido, dar regular processamento ao feito ou, extingui-lo, caso o depósito não seja realizado.
- (B) extinguir o feito em razão da expressa determinação da lei que exige o depósito prévio para esse tipo de ação.
- (C) dar regular andamento ao feito por ser inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- (D) extinguir o feito por ser desprovido de utilidade, haja vista que a ausência do depósito impede a suspensão da exigibilidade do crédito.

DIREITO AMBIENTAL

69. O princípio da precaução, no tocante às questões de Direito Ambiental, pressupõe e gera como possibilidade, respectivamente:

- (A) ausência de certeza científica e inversão do ônus da prova.
- (B) certeza científica e condenação por dano hipotético.
- (C) risco provado e condenação ao pagamento de indenização fixada por arbitramento.
- (D) risco eventual e condenação ao pagamento de indenização obrigatória.

70. A responsabilidade civil pela reparação de dano ambiental, de acordo com o princípio do poluidor-pagador, significa especificamente

- (A) a possibilidade de manutenção de graus aceitáveis de poluição mediante o pagamento de valores de indenização.
- (B) o ressarcimento pelos danos materiais causados.
- (C) a cumulação da reparação por danos materiais e morais.
- (D) a obrigação de arcar com despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição.

71. A proteção florestal e da vegetação existente em determinado imóvel rural, no tocante às áreas de preservação permanente e reservas legais, podem ser caracterizadas como

- (A) deveres coletivos.
- (B) obrigações pessoais.
- (C) obrigação exclusiva do causador da supressão da vegetação.
- (D) obrigações *propter rem*.

72. A natureza jurídica do licenciamento ambiental é

- (A) de competência concorrente do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- (B) de poder de polícia, exclusivamente vinculado ao Poder Executivo.
- (C) dependente da definição estabelecida pelas Constituições Estaduais.
- (D) de poder de polícia, passível de apreciação complementar do Poder Legislativo.

73. A propositura de ação civil pública visando à reparação de dano ambiental causado à comunidade e cometido por empresa pública rege-se pela seguinte regra:

- (A) subordina-se ao prazo de prescrição referente às pretensões de reparação de responsabilidade civil.
- (B) subordina-se ao prazo de prescrição relativo às pretensões perante a administração pública.
- (C) a pretensão é imprescritível.
- (D) subordina-se ao prazo de prescrição ordinária.

74. A Administração Pública

- (A) pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.
- (B) pode anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- (C) não pode declarar, em hipótese alguma, a nulidade dos seus próprios atos.
- (D) não pode anular seus atos; somente é autorizada a revogação por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, ressalvada a apreciação judicial.

75. Na Administração Pública Indireta,

- (A) as autarquias e as fundações governamentais poderão possuir personalidade jurídica de direito público ou privado.
- (B) não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por empresa pública.
- (C) as sociedades de economia mista só têm foro na justiça federal quando a união intervém como assistente ou oponente.
- (D) somente a União poderá criar, por meio de lei, Agências Reguladoras.

76. Com relação à Permissão e Concessão de Serviços Públicos, é correto afirmar que

- (A) a permissão de serviço público não exige prévia licitação, sendo formalizada por meio de contrato de adesão.
- (B) o Estado poderá instituir imposto pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
- (C) com exceção dos serviços de utilidade pública, todos os demais poderão ser delegados.
- (D) toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação.

77. Assinale a alternativa correta.

- (A) Prescreverá em 3 (três) anos a pretensão de reparação civil na hipótese de responsabilidade civil do Estado, mesmo quando o fato depender de apuração criminal.
- (B) A sindicância é meio sumário de apuração não admitindo ampla defesa ou contraditório, mesmo na hipótese de produzir efeito punitivo.
- (C) A licença e a autorização são atos que decorrem do poder de polícia discricionário da administração pública, podendo ser recusada por conveniência e oportunidade.
- (D) A vitaliciedade não impede a extinção do cargo, ficando o funcionário em disponibilidade, com todos os vencimentos.

78. Com relação às garantias dos administrados, é correto afirmar que

- (A) não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança.
- (B) cabe *habeas-corpus* quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- (C) o mandado de segurança substitui a ação popular.
- (D) o Ministério Público não tem legitimidade para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

79. No Processo Administrativo,

- (A) não se aplica o princípio do juiz natural.
- (B) a instauração será exclusivamente por meio de Portaria.
- (C) admite-se, excepcionalmente, a interceptação de comunicação telefônica.
- (D) aplica-se o princípio do formalismo moderado.

80. O Contrato Administrativo

- (A) em regra, deverá possuir prazo indeterminado.
- (B) na Parceria Público Privada exige da administração o oferecimento de garantias em favor do contratado.
- (C) é facultativo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- (D) será obrigatoriamente escrito e registrado em livro próprio da contratante ou por meio de escritura pública.

